

ESCOLAS COM ALTA CONCENTRAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MS: OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUAS PERCEPÇÕES

Hemilly Santos de Arruda
Suellen Maria Monteiro Rosa Marcos
Ana Carolina Pontes Costa

RESUMO: O início do século XXI foi marcado por diversas mudanças no país e as que merecem destaque dizem respeito às políticas públicas de proteção social para as pessoas que se encontram em vulnerabilidade e pobreza: os chamados programas sociais. As desigualdades sociais e a pobreza extrema nos países, em especial aos da América Latina, são consequências de reformas estruturais com a função de regular, firmar, fortalecer e criar condições para efetivar e incluir produção tecnológica avançada no âmbito desses países, para a obtenção de um maior desenvolvimento econômico. Com as crises e transformações do processo de globalização no mercado, foi necessária a adoção de medidas econômicas por parte dos países periféricos, sob a regência dos países centrais e de agências multilaterais. No Brasil, dentre os programas sociais criados pelo governo, destacamos o Programa Bolsa Família (PBF), o qual foi criado no ano de 2003 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O PBF se destaca em proteger o grupo familiar como um todo, através de transferência monetária variável de acordo com a renda mensal por pessoa da família, com o número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos, e das condicionalidades exigidas aos beneficiários, relacionadas às políticas de saúde e educação, como por exemplo, a frequência escolar obrigatória das crianças e adolescentes. O nosso interesse em investigar este programa em específico, surgiu da nossa participação no Grupo de Pesquisa em Pobreza, Educação e Desempenho Escolar (GPEDE/UFMS/CPAN). Deste modo, este trabalho tem o objetivo de investigar a percepção dos professores, dos municípios e escolas com maior concentração de beneficiários do PBF no estado do Mato Grosso do Sul, sobre as potencialidades e fragilidades do Programa Bolsa Família.

PALAVRAS-CHAVE: Transformações; Desigualdade; Pobreza; Programa Bolsa Família; Transferência de Renda.

INTRODUÇÃO

O início do século XXI foi marcado, não só pela transição de século, mas também pelas inúmeras mudanças no âmbito econômico, político e social no Brasil. As mudanças que merecem destaque e que são o foco desse trabalho, dizem respeito às políticas públicas de proteção social para as pessoas que se encontram em vulnerabilidade e pobreza no país: os programas sociais.

O intuito da criação desses programas sociais era tentar diminuir a pobreza do país, garantindo às famílias pobres o acesso à saúde, educação, assistência social, já que são um direito básico do ser humano. Sendo assim, o governo federal investiu em políticas sociais

que garantissem o acesso e a manutenção dos filhos das camadas populares na escola, baseado na premissa que o maior tempo na escola garantiria maiores possibilidades de permanência, sucesso e prolongamento da trajetória escolar dos estudantes e reduziria os efeitos das características sociais (econômicas, raciais, sexuais, culturais, entre outras).

Dentre os programas sociais criados pelo governo, destacamos o Programa Bolsa Família (PBF), o qual foi criado no ano de 2003 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva por meio de medida provisória e regulamentado pela Lei nº. 10.836/2004 e posteriormente o Decreto nº. 5.209. Esse programa é fruto da unificação dos programas de transferência de renda tais como: Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Essa unificação se deu pelo objetivo de reduzir os gastos, colocando apenas uma administração para esse programa social, garantindo a ampliação do acesso às famílias, bem como organizando um sistema que permitisse um menor número de fraudes e desvios dos recursos públicos.

Desse modo, o nosso interesse em investigar este programa em específico, surgiu da nossa participação no Grupo de Pesquisa em Pobreza, Educação e Desempenho Escolar (GPEDE/UFMS/CPAN), que realizou entre os anos de 2015 e 2017 a pesquisa intitulada Educação, Pobreza e Desigualdade Social: alguns indicadores do contexto sul-mato-grossense. Esta pesquisa tivera como seus objetivos:

- Mapear o perfil dos estudantes beneficiários do PBF nos contextos empobrecidos da região sul-mato-grossense nos municípios e escolas com o maior número de beneficiários do PBF;
- Verificar as condições físicas (infraestrutura dos prédios) das escolas de Educação Básica localizadas nos contextos empobrecidos dos municípios selecionados e que atendem o maior número de estudantes beneficiários do PBF;
- Identificar as potencialidades e fragilidades do PBF a partir do olhar das famílias beneficiadas, professores e gestores.
- Identificar o nível de interferência dos benefícios do PBF na vida escolar das crianças e adolescentes a partir do olhar das famílias beneficiadas, professores e gestores.
- Investigar os motivos de baixa frequência dos beneficiários do PBF dos municípios com maior número de famílias beneficiárias do estado de Mato Grosso do Sul, a partir dos relatórios do Sistema Presença dos anos de 2014 e 2015.

Este artigo, fruto da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata-se dos desdobramentos desta pesquisa inicial, e teve como objetivo investigar a percepção dos

professores, dos municípios e escolas com maior concentração de beneficiários no estado do MS, sobre as potencialidades e fragilidades do PBF.

Para a seleção dos municípios, tomamos como base os dados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos ao número total de habitantes por município no ano de 2014 e 2015, cruzados com os dados contidos na base Data Social sobre o número de beneficiários do Programa Bolsa Família do mesmo ano.

Deste exercício selecionamos oito municípios do estado do Mato Grosso do Sul (MS) que apresentam um índice superior a 40% da população inscrita/beneficiária do PBF e, ainda, abrigava em seu território populações assentadas, quilombolas, indígenas e/ou ribeirinhas; são eles: Antônio João, Coronel Sapucaia, Japorã, Miranda, Nioaque, Tacuru, Dois Irmãos do Buriti, Paranhos e Corumbá. Cabe o destaque para a inclusão do município de Corumbá, que apesar de ter número de beneficiários do PBF inferior ao critério estabelecido, congrega em seu território todas as populações citadas anteriormente, bem como foi a cidade sede da pesquisa.

Nestes municípios foram levantadas as escolas que possuíam maior número de alunos beneficiários do PBF, sendo selecionadas 18 escolas, duas em cada um dos municípios.

Para compor o quadro de sujeitos desta pesquisa 18 professores foram entrevistados e responderam a um roteiro semiestruturado.

Deste modo, o trabalho foi organizado da seguinte forma: no primeiro momento será abordado o desenho dos programas sociais na América Latina, procurando situar o PBF dentro das políticas de transferência de renda do continente americano. No segundo momento, explanaremos como se deu início a implementação do PBF, seu público alvo, objetivos e condicionalidades de ingresso e permanência nesse programa. O terceiro momento deste artigo abordará a análise e discussão das falas dos professores sobre as percepções dos professores sobre as fragilidades e potenciais do PBF, seguido das considerações finais.

OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA AMÉRICA LATINA

As desigualdades sociais e a pobreza extrema nos países, em especial aos da América Latina, (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Peru, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai) são consequências de reformas estruturais com a função de regular, firmar, fortalecer e criar condições para efetivar e incluir produção tecnológica avançada no âmbito desses países, para a obtenção de um maior desenvolvimento econômico. Este desenvolvimento, como em outros lugares do mundo, teve como um dos seus efeitos a

ampliação das desigualdades e a concentração de maior quantidade de renda nas mãos de poucos. Sendo assim, surgiram as políticas públicas como programas de transferência de renda direta para a população mais empobrecida, com o intuito de reparar e/ou amenizar essas desigualdades.

Com as crises e transformações do processo de globalização no mercado, foi necessária a adoção de medidas econômicas por parte dos países periféricos, sob a regência dos países centrais e de agências multilaterais, (BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, FMI - Fundo Monetário Internacional, são exemplos de instituições que ajudam através de empréstimos os países sem recursos a se desenvolverem).

Foram criadas ações focalizadas como políticas de proteção social na América Latina, devido às dificuldades econômicas vividas pela década de 1990 por parte do governo, através de programas sociais para a transferência de renda à população em situação de vulnerabilidade e pobreza.

Sob esse aspecto, na presente década, os programas de transferência de renda proliferaram-se por mais de uma dezena de países, assumindo características diferenciadas e realizando alterações ao longo de suas trajetórias, devido à fragilidade dos programas existentes para darem conta das históricas e “metamorfoseadas” pobreza e desigualdade social (SOARES; BRITTO, 2008).

Os primeiros programas nacionais de transferência de renda na América Latina se deram entre os anos 1980 e 1990, merecem destaque: Chile Solidário criado em 1989; o Programa de Auxílio à Família (PRAF) em 2002 em Honduras; em 1997 o Programa de Educação, Saúde e Alimentação Progres, no México e; em 1998, o Bono Solidário do Equador. Portanto, a partir dos anos 2000 que esses programas se ampliaram a todos os países da América Latina. O objetivo desses programas é o de promover transferência de renda à famílias que estão na linha da pobreza, e minimizar as desigualdades sociais.

O programa Chile Solidário criado no Chile em 2002 tem como objetivo a instalação progressiva de um sistema de proteção social para as famílias pobres, auxiliando na saúde, educação, habitação, renda, apoio psicossocial para que essas famílias tenham condições mínimas de qualidade de vida. Atendeu aproximadamente 225 mil famílias em situação de extrema pobreza.

El objetivo de reducir la pobreza futura a través de la inversión en capital humano es tanto o más importante que el alivio de la pobreza presente por la transferencia de dinero. Chile Solidario, en cambio, se centra en la reducción de la pobreza presente a través de la formación de competencias en los pobres y su eje es el trabajo que se realiza en torno al Apoyo Familiar. La transferencia en dinero asociada (Bono Chile Solidario) es un componente

secundario, cuya función y monto no son comparables a las utilizadas en los otros programas (LARRAÑAGA; CONTRERAS, 2010, p. 47).

Já o Programa de Auxílio à Família (PRAF) criado no ano de 1997 em Honduras, cujo seu objetivo era promover projetos sociais de estímulos que permitissem atender as necessidades básicas da população mais pobre. Esse programa abrangeu outros quesitos como: bônus materno infantil, que atende crianças menores de 5 anos como desnutrição e mulheres grávidas ou lactantes, e o escolar - de 1º ao 6º ano destinado a crianças entre 6 e 14 anos cursando até 6º ano nas escolas públicas. Esta fase durou até o ano de 2005, sendo substituída pelo PRAF/BID Fase III, vigorando no período de 2006 a 2009, tendo apoio de outros órgãos internacionais, educação, saúde e nutrição, e, a inserção em outros programas sociais.

O Progressa criado em 1997 no México era dirigido apenas para as áreas rurais. Em 2001 recebeu um novo nome de Oportunidades, o qual acrescentou a chamada pobreza extrema das áreas urbanas e passou-se de um programa de subsídio alimentar para um programa focalizado de transferência de renda. Era destinado a aproximadamente 4 milhões de famílias no país.

O programa Bono Solidário foi criado e implantado no Equador em 1998 com mecanismo de compensação monetária. Esse programa durou até 2003 e não tinha condicionalidades aos participantes diferente do BPF. Ainda em 2003 foi implantado o programa *Bono de Desarrollo Humano* substituindo o Bono Solidário. Esse programa teve como objetivo ampliar o capital humano e atenuar o nível de pobreza da população estabelecida pelo Ministério de Coordenação de Desenvolvimento Social, auxiliando na educação e saúde de crianças entre 5 e 18 anos de idade, garantindo às famílias um nível mínimo de consumo. Era destinado à aproximadamente 450 mil pessoas.

No Brasil, em especial, funcionou alguns programas, entre eles: Bolsa Escola (2001-2003), Bolsa Alimentação (2001-2003), Cartão Alimentação (2003-2003), Bolsa Família (2003 - atual). A partir de 2003 foi necessário que esses programas passassem por um processo de unificação desses programas de transferência de renda, exemplos: como o Bolsa-Alimentação (Ministério da Saúde), o Auxílio Gás (Ministério de Minas e Energia), e o Bolsa-Escola (Ministério da Educação), que deu origem ao Programa Bolsa Família, sendo fruto da unificação dos programas acima.

O PBF se destaca em proteger o grupo familiar como um todo, através de transferência monetária variável de acordo com a renda mensal por pessoa da família, com o número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos, e das

condicionalidades exigidas aos beneficiários, relacionadas às políticas de saúde e educação, como por exemplo, a frequência escolar obrigatória das crianças e adolescentes.

Esses programas, de modo geral, têm a ideia de focalização, por isso seus critérios de seleção beneficiam os mais pobres entre todos os pobres, promovendo, assim, uma fragmentação ao excluir famílias que também estão em condições de pobreza e vulnerabilidade social.

Pode-se dizer que esses programas pertencem ao grupo de assistência social e não ao assistencialismo, pois ela diz respeito às políticas públicas de atenção e defesas de direitos, sendo uma garantia por parte do governo ao direito à seguridade social, garantindo a saúde, a assistência e previdência social na Constituição Federal (CF/1988). A Constituição Federal de 1988 foi um marco no direito da população brasileira, porque incluiu a previdência e a assistência social.

A assistência social, por sua vez, muito se confunde com o termo assistencialismo, achando ser sinônimos, mas as ideias são controversas. Sendo o assistencialismo apenas uma prática momentânea, que se vincula às ações de caráter assistencialista às pessoas que precisam.

Vale ressaltar que esses meios de transferências de renda através de programas inclusos nas políticas públicas do governo, nem sempre são eficazes, pois não combatem de fato a desigualdade social, mas são medidas paliativas, que atenuam o problema da pobreza.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O PBF é um programa de transferência de renda direta, com condicionalidades, direcionado às famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza com renda per capita de até R\$ 178,00 reais, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O programa transfere, atualmente, um recurso mensal a 14¹ milhões de famílias.

O PBF transfere aos seus beneficiários um valor fixo de R\$ 89,00 para famílias com renda mensal até o mesmo valor por pessoa, tendo elas filhos ou não. Além desse valor fixo, as que têm filhos entre 0 a 15 anos terão um benefício variável, de R\$ 41,00 (por criança até 15 anos – até 3 por família) e R\$ 48,00 (por adolescente entre 16 e 17 anos – até 2 por família).

Um dos critérios para participar do Programa Bolsa Família é se encontrar em situações de pobreza ou extrema pobreza. Consideram-se famílias extremamente pobres

¹ Portal da Transparência: 8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº. 10.836, de 2004) – Valor/2017: R\$ 26.565.145.475,00

aquelas que têm renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa e famílias pobres aquelas que têm renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa. Para se inscrever ao programa, necessita da inscrição da família no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico) do Governo Federal, e seus dados atualizados há menos de 2 anos.

Para a participação do PBF tem os seguintes requisitos:

- Inclusão da família, no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal;
- Seleção pelo MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- O acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento das crianças de até sete anos.
- O comparecimento às consultas de pré-natal, se tiver gestante na família;
- Participação em atividades educativas que são oferecidos pelo Ministério de Saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável, no caso de inclusão de lactantes;
- Manutenção do cartão de vacinação das crianças de 0 a 7 anos;
- Acompanhamento da saúde de mulheres na faixa de 14 a 44 anos;
- Garantir frequência mínima de 85% na escola, para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75%, para adolescentes de 16 e 17 anos;

O PBF também busca um melhor acompanhamento do atendimento básico ao seu público-alvo, pelos serviços de saúde e também no quesito educacional, quando se trata do quantitativo de evasão, repetência, defasagem idade/série, fazendo com que as camadas mais excluídas da sociedade brasileira, tenham melhorias expressivas nas condições sociais, e contribuir para a interrupção do ciclo e reprodução da pobreza.

Ainda em relação ao PBF, a legislação prevê como seus objetivos:

- I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
- II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- IV - combater a pobreza; e
- V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público. (BRASIL, 2004)

O PBF é um programa de transferência de renda condicionada, ou seja, que as famílias beneficiárias precisam cumprir determinados quesitos para continuar recebendo esse benefício. E as condicionalidades para a provisão do benefício, entre elas são: acompanhamento da saúde e do estado nutricional das famílias, a frequência escolar e o

acesso à educação alimentar. Essas condicionalidades objetivam que a população beneficiária desse programa, exerça seu direito como cidadã, no acesso as políticas públicas e nos atendimentos básicos.

Nesta direção, esta revisão de literatura buscou contextualizar o PBF dentro das políticas sociais de transferência de renda que, assim como no Brasil, ocorrem em outros países latino-americanos. Com as suas particularidades, os programas preveem a garantia dos mínimos sociais a população empobrecida. Sendo assim, estes programas ajudam a garantir uma “reparação” às regiões exploradas e que hoje ainda sofrem com uma população que vive a pobreza e a miséria, nas suas formas mais duras e desumanas.

A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O PBF

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a percepção dos professores, dos municípios e escolas com maior concentração de beneficiários do PBF no estado do MS, sobre as potencialidades e fragilidades do Programa Bolsa Família.

As questões elaboradas no roteiro de entrevista procuraram obter informações sobre os seguintes itens: a) a caracterização dos professores quanto idade, sexo; b) o PBF como um direito ou uma assistência; c) pontos positivos e negativos do PBF; d) a percepção sobre alterações na vida da família após o PBF; e) maiores suprimentos do PBF; f) preconceitos manifestados em relação ao bolsistas do PBF; g) conhecimento das condicionalidades; h) avaliação do aluno bolsista além da frequência, e para finalizar as expectativas escolares em relação aos alunos beneficiários do PBF.

Sobre a caracterização dos professores:

Quadro 1 – Perfil dos professores entrevistados por idade e sexo biológico

Nome ²	Idade	Sexo
I/AJ/ET	36	M
AJ/AM	33	F
CS/FSR/ p1	44	F
CS/p2	24	M
C/ DB	29	M
C/CP	31	M
DIB/F/p1	58	F
DIB/p2	34	F
J/JÁ	49	M
J/PL	28	M
M/C	49	F

² Os nomes dos municípios e sujeitos foram preservados para garantir o anonimato. Para tanto, utilizaremos as siglas iniciais para melhor identificação pelas pesquisadoras.

M/N	39	F
N/GCS	-	F
N/I	-	M
P/Dr MS	45	M
P/AP	45	M
T/UAK	54	F
T/C	25	F

Fonte: Tabela criada pelas autoras

Sobre a caracterização dos professores foram entrevistados 18 deles, sendo 9 do sexo feminino, e 9 do sexo masculino, com idades que variam entre 24 a 58 anos. Por motivo de sigilo e identificação dos sujeitos desta pesquisa, foram utilizados códigos para que fosse possível o trabalho com uma quantidade significativa de sujeitos.

E quando perguntado aos 18 professores entrevistados sobre o PBF ser um direito ou um “favor” que o governo faz para as famílias mais pobres, os professores (7 deles) afirmaram que a bolsa recebida é um direito do cidadão. No entanto, a maioria (11 deles) discordou dessa opinião achando ser de cunho assistencial.

É um projeto diga assim de assistencialismo né, seria um auxílio mesmo. No meu entendimento é uma ajuda mesmo em relação ao contexto nosso da nova classe pertencente, acho que é uma ajuda. CS/P4.

Eu acho no meu ver que é um favor. Porque deveria melhorar a educação e gerar mais trabalho para que a pessoa possa ganhar o dinheiro dela com mais dignidade, trabalhar e conseguir o dinheiro dela. AJ/AM2 (alterações nossas)

Bom, dependendo do ponto de vista ele chega a ser um favor, pela condição da família, pelo sistema de receber abaixo da renda sendo um ciclo vicioso, ele faz com que a família não tenha a ruptura de procurar o melhor para poder ficar na condição que o governo oferece, isso em partes é bom porque tem famílias que realmente precisam desse empenho, dessa ajuda, porém outras famílias por questões sociais não entendem que elas devem procurar melhorias, de ela sair dessa condição [...] DIB/P2/8

Conforme os relatos podemos observar que os profissionais atrelam muito o programa a cunho assistencial, por não enxergar o programa como um direito social e ligado as políticas públicas, que objetiva assegurar o direito à cidadania.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Além disso, incide sobre a população empobrecida a responsabilidade da superação da pobreza por “conta própria”. Ainda sobre estas falas é perceptível a necessidade de atrelar as ações do PBF com aquelas que promovem qualificação profissional e geração de emprego,

para que as famílias tenham condições objetivas de superação da pobreza e não mais a necessidade do recebimento do benefício.

Em contrariedade, os outros educadores acreditam que o programa é um direito da população e o dever de o estado atenuar a pobreza, devido às desigualdades existentes.

Eu acho que é um direito das famílias em receber todo mês. Por causa das necessidades das mesmas. T/UAK17 (alterações nossas)

No meu ponto de vista é um direito, que elas tem de receber todos os meses, porque a gente vê as pessoas, principalmente em nosso município, que é pequeno, carente, necessita dessa bolsa família, pra comprar até alimento, não vou dizer que vai comprar só material para as crianças, mas até mesmo pra alimentação. J/JA9 (alterações nossas).

Conforme vemos nas falas os professores ainda têm a visão de que o PBF está atrelado como um auxílio apenas e não um direito. Mas, todo o indivíduo tem o direito segundo a CF/1988 acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, a saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, ou seja, condição mínima de sobrevivência, cabendo ao governo criar políticas públicas para garantir o direito à população que se encontra em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade. Já o assistencialismo se remete a caridade por parte do governo e não a obrigação.

Os professores acreditam que o ponto positivo do programa é que este auxilia na sobrevivência da família, sendo um meio de adquirir materiais básicos como: roupas, sapatos, alimentos, materiais escolares e os demais acreditam na diminuição evasão escolar e êxito nos estudos, uma vez uma de suas condicionalidades é a frequência.

Ponto positivo, um é ele ajuda realmente aquelas famílias necessitadas, tem aluno que chega na escola que, as vezes chegava antes do programa sem, sem nenhum tipo de material... eu mesmo quando estudava, não tinha o programa, eu via colegas meus necessitados que eu tinha que da um, como meu pai era professor, eu dava lápis, borracha, caderno, então esse é um ponto positivo né [...]. (C/CP).

Ah, um ponto positivo é que ajuda aqueles que mais necessitam, né? Tem uns que realmente precisam. Deficiência eu acho que deveria cobrar rendimento e não só a presença. (M/C).

O último fragmento revela um desejo deste professor em ver atrelado ao recebimento do PBF o rendimento escolar do aluno. Esta demanda foi recorrente na fala dos professores, já que eles acreditam na fragilidade da cobrança da frequência escolar.

No que diz respeito aos pontos negativos, a maioria dos professores (9) acham que há falhas quanto a seleção dos beneficiários do PBF e na fiscalização, pois acreditam que as condicionalidades do programa devem ir além da frequência escolar, assim buscando um

rendimento desses alunos na escola. Os demais acreditam que o valor do benefício é muito baixo e que acaba não suprimindo as necessidades básicas da família e uma minoria não vê pontos negativos no programa.

Deficiência eu acho que deveria cobrar rendimento e não só a presença. (M/C)

Deficiência, o principal acho que é fiscalização né desse programa, fiscalizar o projeto né a bolsa família, no gasto principalmente se realmente está ajudando a família. (CS/p2)

Sobre as alterações na vida da família após o PBF, a maioria (13) dos professores acreditam que de fato houve mudanças e auxílio na estrutura familiar dos beneficiários, pois teve atendimento às necessidades básicas, ascensão econômica, permanência das crianças na escola, tirando as mesmas da rua e capacitando-as em progressão dos estudos. E os demais professores afirmaram não haver mudança nenhuma na vida dessas pessoas.

Ah dá para gente percebe que a criança se preocupa mais em vir para a escola. Os pais estão mais presentes na escola. Porque muitas vezes por mais que seja uma renda pouca e tal, mas são muitas famílias carentes que precisam disso. A gente vê que antes as crianças não vinham, não tinham um calçado para usar, às vezes não tinham uma alimentação mais adequada, e hoje em dia já é mais diferente. A gente vê que as criança já vem mais vestido pra escola, calçado e tal... (P/Dr MS)

Acredito que sim né, a gente vê com clareza né a pessoa mudar um pouco de hábito, de alimentação, de vestuário, essas coisas né, ela tenta usar um pouco mais do que na comunidade a gente não tem principalmente, elas tentam buscar um pouco mais de melhorias de vida no dia a dia deles né. (AJ/ET)

Quanto ao dinheiro repassado aos beneficiários do PBF, a maioria dos profissionais da educação (12) afirmaram que ajudam nas condições escolares das crianças, por mais que o valor seja muito baixo, ainda sim percebem que os pais fazem um investimento escolar com o recurso. Já outros, tiveram uma visão mais pessimista, alegando que o valor repassado às famílias pelo programa não ajuda nas condições escolares, pois não viram mudança no âmbito escolar dessas crianças.

Sim, porque até mesmo o aluno passa a ter, não é um valor, é um valor considerável, mas não é um valor que ele vá suprir todas as necessidades, porém ela passa a vir com um chinelo melhor, um tênis melhor, que muitas vezes até mesmo a gente tinha que doar, a gente faz um brechó ali, traz, os colegas trazem e a gente doa pra eles... Uma melhora. Eu acho que uns 70% sim porque como eles vivem na região nossa, aqui da escola, uma região muito violenta então há ainda influencia, o meio influencia e muitos vão muito pela influência de amigos, colegas que tão no mundo ai perdido da violência, drogas. C/CP

Não, nessa escola não, não consigo identificar. C/DB

Como sabemos que muitos beneficiários sofrem preconceito por fazerem parte desse programa, foi perguntado aos profissionais de educação o que eles acham a respeito. Dos 18 professores entrevistados, 15 deles não veem atitudes preconceituosas tanto da parte dos próprios professores quanto dos demais alunos, e três deles veem no cotidiano escolar atitudes preconceituosas com os beneficiários. E a avaliação dos alunos acontece de forma igual para todos, seja ele beneficiário ou não.

Não, eles se interagem normalmente, não tem diferença nenhuma. AJ/AM

Olha, eu acho que não existe, aqui pelo menos aqui na escola essa diferenciação, porque os alunos não sabem quem recebe ou quem não recebe. T/C

Quanto ao conhecimento das condicionalidades, a maioria dos professores se restringe apenas à frequência escolar e acompanhamento da saúde da família e uma minoria diz que além da frequência, é a presença dos responsáveis na escola e renda abaixo de um salário mínimo.

Olha uma ela tem que cuidar pro filho não faltar as aulas, é uma delas, tem que frequentemente ou mensalmente, não sei tem que levar essas crianças pra pesar, tem que estar com a carteira de vacinação em dia... ai eu sei bem dessas daí porque toda vez que tem eles vem aqui na escola, deixa os bilhetinhos, as crianças avisam hoje, as mães avisam tenho que pegar meu filho mais cedo porque é dia de pesar, por as vacinas em dias... Se elas dão conta eu não sei, mas que elas procuram cumprir elas procuram... Pelo menos os alunos, as crianças que estudam aqui eu vejo essa preocupação das mães... DIB/F/p1

É questão da Frequência escolar, na saúde a vacinação aparece...Vacina de prevenção... (P/Dr MS)

Olha, a única obrigação que eu sei, é que eles têm a obrigação de mandar a criança para escola. Agora se existe outra obrigação eu não conheço. (T/C)

Eu não tenho certeza de todas obrigações, principalmente a obrigação escolar com os filhos, com o andamento escolar dos seus filhos, até na aprendizagem, até ajuda, mas a gente vê que é poucos que se interessa. (CS/FSR p1).

Há um desconhecimento dos professores sobre os reais objetivos do PBF, como também das suas condicionalidades. Percebe-se que em algumas falas ainda há o entendimento que além da frequência escolar, os alunos precisam tirar boas notas para continuar recebendo o benefício.

E por fim foi perguntado aos professores sobre as expectativas escolares em relação aos alunos beneficiários do PBF, e eles de modo geral acreditam na progressão dos estudos e

capacitação profissional e que todos têm as mesmas capacidades cognitivas e terão sucesso, cabendo ao esforço individual a possibilidade da ascensão social através da escola.

Percebe que não houve mais muita evasão escolar, a progressão dos estudos do ensino fundamental para o ensino médio e uma inserção dos alunos no ensino superior são números bastante significativos. Então esse programa ajudou bastante em relação a isso né, porque as crianças não tiveram que trabalhar mais, não tiveram que abandonar a escola, então em relação ao sucesso foi bastante positivo. E como hoje a gente já tem outros projetos também fora da bolsa família também da faculdade, acho que o aprimoramento desses programas seria bom para a mobilidade social dos alunos. CS/p2.

A pesquisa com professores que recebem um contingente expressivo de beneficiários do PBF nos revelou uma visão ainda preconceituosa sobre o recebimento dos recursos, como também um desconhecimento sobre os objetivos e condicionalidades do programa por parte dos professores.

Nas falas ainda perdura a crença que os beneficiários precisam de um maior “esforço individual” para não necessitarem mais recorrer aos recursos provenientes do programa.

Ainda, é perceptível o reconhecimento, por parte dos professores, que os recursos oriundos do PBF conseguem alterar significativamente a vida das famílias e que os recursos são revertidos em insumos escolares pelas famílias.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou investigar a percepção dos professores, dos municípios e escolas com maior concentração de beneficiários do PBF no estado do Mato Grosso do Sul, acerca das potencialidades e fragilidades do Programa Bolsa Família. Para isso utilizamos entrevistas com esses professores selecionados para a obtenção dos dados.

Com a nossa participação no grupo GPEDE passamos a ver a real importância que os programas de transferência de renda, em especial o PBF, têm na vida das pessoas que se encontram em extrema vulnerabilidade e pobreza, e isso se confirmou quando entramos em contato com os referenciais teóricos que selecionamos para esta pesquisa.

Vivemos numa realidade onde as desigualdades sociais são expressivas e enquanto uns poucos têm muito, outros não têm sequer o que comer. Podemos dizer que o valor do benefício é pouco e não garante a saída dessas pessoas da extrema pobreza, mas significa muito para estas que antes não tinham nada para sua sobrevivência.

Por todos os aspectos até agora mencionados, pode-se observar a visão estereotipada que os profissionais da educação desta pesquisa têm do PBF e seus beneficiários. Esses

professores de uma maneira geral, veem que o programa trouxe melhorias na vida dos seus alunos, mas ainda associam o programa a uma ajuda e não um direito constitucionalmente instituído.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 outubro 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial MEC/ MDS n° 3.789**, de 17 de novembro de 2004. Dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de educação relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família.

BRASIL. Lei n°. 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jan. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual do Sistema Presença**. Versão 1. Brasília, DF: MEC, 2011.

LARRAÑAGA, O.; CONTRERAS, D. Chile Solidario y el combate a la pobreza. In: LARRAÑAGA, O.; CONTRERAS, D. (Ed.). **Las nuevas políticas de protección social en Chile**. Chile: Uqbar Editores, 2010. p. 43-76.

SOARES, F. V.; BRITTO, T. Dores do crescimento: os principais desafios dos programas de transferência de renda. In: CENTRO INTERNACIONAL DE POBREZA – **Revista Onepager**, n. 44, ago. 2008. Disponível em: <www.undp-povertycentre.org>.